

EDUCAÇÃO E CIDADANIA: UMA EXPERIÊNCIA INTERDISCIPLINAR NA COMUNIDADE

Cecília Maria Resende Gonçalves de Carvalho¹

Sara Maria Sumbér da Silva²

Jamilla Istefâne Nunes de Sousa²

Aline Bona de Alencar Araripe²

Carmem Leidiza Viana Gomes²

Sabrina dos Santos Melo²

Ana Beatriz Gonçalves de Carvalho²

RESUMO

O objetivo deste artigo é relatar experiências e aprendizagens decorrentes das ações pedagógicas focadas nas questões de direitos humanos e cidadania. A metodologia foi participativa e o grupo incluiu crianças, adolescentes e suas respectivas famílias. A incorporação de práticas pedagógicas participativas permitiu sensibilizar os participantes a ter consciência de seus atos. Além do impacto na população beneficiada, a experiência fortaleceu o processo de formação de graduandos e contribui para o desenvolvimento humano e social de todos os integrantes do projeto.

Palavras-chave: Extensão universitária. Direitos Humanos. Cidadania.

ABSTRACT

The objective of this article is to report the experience and knowledge of pedagogical actions arising petianos focused on issues of human rights and citizenship. The methodology was conducted in an interdisciplinary way, with educational activities involving children and adolescents with their families. The incorporation of participatory pedagogical practices allowed sensitize the participants to be aware of their actions. Besides the impact on the population served, the experience strengthens the process of training of graduate students and contributes to the human and social development of all members of the project.

Keywords: Continuing Education. Human Rights. Citizenship

¹Professora Associada, Tutora do Programa de Educação Tutorial-PET INTEGRAÇÃO (PETIN), vinculado à Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Piauí, ceciliamaria.pop@hotmail.com.

²Bolsistas do Programa de Educação Tutorial PET INTEGRAÇÃO (PETIN) – vinculado à Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Piauí, sara_maria_sumber@hotmail.com, jamilaistefane@hotmail.com, aalineararipe@hotmail.com, carmcajuina@gmail.com, sabrinamelk@hotmail.com, beatrizcvalho@hotmail.com.

1 Introdução

A educação é garantida legalmente como um direito de todos. É dever do Estado e da família, para o alcance do pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). Porém, poucos têm acesso direto aos conhecimentos gerados na universidade e a extensão universitária é um importante instrumento de democratização do acesso a esses conhecimentos e impulsionadora de lutas sociais para a transformação da realidade (MENDONÇA e SILVA, 2002).

Com a promulgação da Constituição Brasileira, em 1988, instituindo em seu artigo 207, o princípio da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, a extensão universitária foi colocada em um patamar relevante dentro da academia. Na mesma direção, as diretrizes do Fórum Nacional de Pró-Reitores, bem como outros dispositivos legais reconheceram o papel efetivo da extensão como um instrumento possível de implementar a democratização do conhecimento científico, na medida em que essa prática favorece a articulação com o ensino e a pesquisa de maneira indissociável, promovendo a ação transformadora entre universidade e a sociedade (FORPROEXT, 2001). Vale destacar, ainda, que nessa função, ou seja, quando a universidade se envolve em atividades comunitárias, reforça e renova o seu papel no desenvolvimento econômico e social, dirigindo seus interesses para a resolução das questões demandadas pelos setores fragilizados da sociedade alicerçada pela democracia.

Esse movimento de articulação e troca de conhecimentos entre a universidade e a comunidade viabiliza a formação de profissionais mais humanizados, dando ao jovem universitário a oportunidade de desenvolver uma nova consciência social, buscando e sugerindo caminhos de transformação para a superação das desigualdades existentes.

Os Direitos Humanos, no contexto educacional, estão legalmente garantidos no âmbito nacional e internacional e o caminho que ora se apresenta, ainda significa uma luta universal no sentido da realização dessas garantias e do reconhecimento desses direitos, para tornar concreto o compromisso assumido pelos países signatários, de que todo ser humano é uma pessoa com direitos a ter direito.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), proclamada em 1948, pela Organização das Nações Unidas (ONU) aponta claramente a obrigação do Estado de garantir educação para todos, devendo cada indivíduo e todos os órgãos da sociedade desenvolver esforços, pelo ensino e pela educação, para promover o respeito aos direitos humanos (BRASIL, 2008). Nesse sentido, a educação na DUDH assume papel especial na promoção desses direitos, pois, além de ser um direito humano em si, é condição para a garantia dos demais direitos (MOEHLECKE, 2008).

No contexto do Programa de Educação Tutorial (PET), vinculado à Pró-Reitoria de Extensão, surge a modalidade do PET denominada PET INTEGRAÇÃO (PETIN) no qual se desenvolvem ações em Educação, Direitos Humanos, Promoção da Saúde, visando a formação do graduando para o exercício da cidadania. A ideia é favorecer a construção de espaços participativos que permitam criar e recriar conhecimentos e promover a interação entre os atores da comunidade e os estudantes da universidade. Dessa forma, ampliam-se os ambientes de aprendizagem proporcionando o desenvolvimento de novas competências e habilidades contextualizadas com os desafios atuais.

Uma característica interessante do PETIN é a sua interdisciplinaridade e a valorização da participação estudantil, visando alcançar a formação de profissionais mais comprometidos com a sociedade, na medida em que estabelece uma aproximação dos saberes acadêmicos com os territórios populares, fortalecendo seus sujeitos, suas instituições e os movimentos sociais. Esse programa foi criado na Universidade Federal do Piauí, em 2010, como um grupo que se diferencia dos PETs tradicionais pelo seu caráter inovador, promovendo a inclusão de graduandos de diferentes cursos, atendendo os objetivos do MEC quando propôs a vinculação dos PETs ao Programa Conexões de Saberes.

O objetivo deste artigo é relatar experiências e aprendizagens do grupo PETIN decorrentes das ações pedagógicas focadas especialmente nas questões de direitos humanos e cidadania, assim como apresentar as contribuições produzidas no exercício da tríplex aliança ensino, pesquisa e extensão.

O PETIN, no seu compromisso social e acadêmico, incluiu em suas propostas o Projeto de Extensão Educação, Direitos Humanos, Cidadania e Promoção da Saúde, complementando as suas ações com referenciais teóricos que facilitam a reflexão e a discussão, atendendo o objeto deste estudo. Ressalta-se, que este projeto é desafiador, na medida em que vem fomentar o debate e construir uma abordagem sobre Direitos Humanos com crianças, adolescentes e suas famílias em uma comunidade em situação de vulnerabilidade social, com o intuito de contribuir para o efetivo desenvolvimento da cidadania.

2 Metodologia

As ações educativas do projeto aconteceram no Centro Comunitário Santo Antonio, na Vila Parque Ininga, zona leste de Teresina, Piauí. Participaram 20 crianças e 10 adolescentes, na faixa etária de 7 a 14 anos e suas respectivas famílias.

O caminho metodológico percorrido foi conduzido com base na pedagogia de problematização e libertação de Paulo Freire (1996), em uma ação interdisciplinar pautada numa práxis dialógica, libertadora e de empoderamento para todos os integrantes.

O projeto envolveu uma equipe composta pela tutora, 12 bolsistas, estudantes de diferentes cursos de graduação (Direito, Serviço Social, Pedagogia, Nutrição e Ciência da Computação), três mestrandas do Programa de Mestrado em Ciências e Saúde e do Programa de Mestrado em Alimentos e Nutrição da Universidade Federal do Piauí.

Antes da definição de estratégias a serem trabalhadas na comunidade, a equipe realizou reuniões semanais para a construção do referencial teórico metodológico, discussões e tomada de decisões em conjunto, como forma de desenvolver a interdisciplinaridade. Após essa etapa, foram realizadas visitas no bairro para conhecer a realidade e levantar informações sobre as necessidades dos moradores da comunidade. Para isso, foi conduzida uma pesquisa com aplicação de questionários a fim de levantar os dados sociais das famílias residentes na localidade.

Depois disso, as famílias foram solicitadas a comparecer a uma reunião, e nesse momento, foram informadas sobre os objetivos da proposta. Receberam

instruções para colocarem suas sugestões em uma caixa preparada para coletar as atividades de interesse da comunidade. Daí, então, o grupo integrante do projeto passou a definir as estratégias de atuação que melhor atendessem aos anseios dos familiares e estabeleceu as competências para o trabalho, no limite de atuação de cada estudante em sua respectiva área acadêmica.

A proposta das práticas aplicadas ao ensino do público-alvo do projeto compreendeu a produção de recursos didático-pedagógicos, realização de oficinas, palestras e organização de grupos de estudos para discussão e definição de ações, que pudessem contribuir para a construção de cidadania. Buscou-se na medida do possível, aprofundar os debates pautados nas temáticas, educação, direitos humanos e cidadania, visando criar mecanismos de diálogo permanente e sistemático com os escolares a partir da identificação de problemas e conflitos existentes.

Durante o trabalho foram utilizados recursos audiovisuais (exibição de pequenos filmes e a escuta de músicas no intuito de apresentar a temática dos direitos humanos e da cidadania), recursos tradicionais (leitura de textos e aula expositiva) e recursos interativos (dinâmicas lúdicas e atividade de desenho e pintura).

No propósito de garantir a continuidade desse trabalho, um dos caminhos que se buscou ao término das oficinas, foi o desenvolvimento de cartilhas educativas motivando ainda mais a participação de todos os integrantes.

3 Conhecendo a realidade

A partir dos dados sociais levantados, um dos aspectos marcantes desta investigação foi a renda salarial baixa (< 2 salários mínimos) e o nível de escolaridade insuficiente dos moradores da Vila. Para enfrentar essa situação precária, as mães trabalham como domésticas, diaristas, costureiras, lavadeiras, auxiliares de serviços gerais, e os pais como serventes, pedreiros, eletricitistas ou vendedores, revelando um cenário de vulnerabilidade social, econômica e educacional, favorecendo a fragilidade da cidadania nas famílias dessa comunidade. Em face da dimensão dessas questões, muito precisa ser feito com vistas a reduzir ou amenizar as dificuldades para a superação dos desafios que são postos na vida desses moradores.

É reconhecido que há uma cadeia de fatores relacionados ao contexto social e ambiental que interagem entre si acentuando os problemas na comunidade. As questões educacionais, por sua vez, se agravam ainda mais em situações de extrema pobreza e de baixa escolaridade dos pais. Todavia, por meio da educação na perspectiva do respeito aos direitos humanos, é possível superar as questões relacionadas às injustificadas diferenciações sociais.

Nesse contexto educacional, reconhece-se a necessidade de mudança de percepções sociais radicais, discriminatórias e violentas, na busca de novas concepções que propiciem o reconhecimento da democracia. Dessa forma, uma pessoa que goza de uma educação desta natureza, é capaz de atuar frente às injustiças e desigualdades (TAVARES, 2006).

O direito à educação em Direitos Humanos tem como propósito instigar reflexões a respeito das práticas cotidianas na aplicação dos direitos humanos e do compromisso de cada cidadão na compreensão desse importante instrumento para a conquista da cidadania e da dignidade. O intuito é possibilitar uma compreensão e uma possível atuação desse público de pais e alunos como multiplicadores, estabelecendo uma conduta esboçada nos direitos humanos.

Uma proposta metodológica alicerçada na perspectiva da formação em direitos humanos aponta que “a escola deveria exercer um papel de humanização a partir da socialização e da construção de conhecimentos e de valores necessários à conquista do exercício pleno da cidadania” (CANDAU, 1996).

Essa situação revela a necessidade urgente de ações e intervenções visando despertar o aluno para a condição de cidadãos conscientes e críticos, participantes do processo de transformação da realidade. Nesse sentido, ressalta-se a importância da atuação da universidade na troca de experiências com esses sujeitos populares socializando o conhecimento adquirido no âmbito acadêmico.

O trabalho na perspectiva da educação em direitos humanos é um instrumento de fortalecimento da cidadania e estimula a emancipação das pessoas na busca da garantia dos direitos humanos e sociais. Aqui, torna-se importante o desenvolvimento das atividades de extensão que visam propiciar mecanismos para a reflexão crítica, estimulando a capacidade dos sujeitos no sentido de promover a construção da cidadania.

4 Contribuições de uma extensão universitária participativa

A extensão universitária caracteriza-se por dois pontos principais. Primeiro, por ser uma experiência que ocorre mediante a inserção do estudante na comunidade, fortalecendo o processo da formação acadêmica e, segundo, pelo impacto na população beneficiada contribuindo para o desenvolvimento social. Os dois agentes são, portanto, integrados de maneira uniforme, interligando a universidade com as demandas da sociedade em um processo educativo pautado num mecanismo que articula ensino e pesquisa, de forma indissociável.

Nesse sentido, a participação dos petianos nas atividades desenvolvidas no projeto com o grupo da comunidade, permitiu adquirir e compartilhar conhecimentos que contribuíram para a formação de um senso crítico nos estudantes. Esse processo favoreceu o exercício da democracia ao estabelecer um fluxo de troca de saberes e experiências, entre o popular e o acadêmico.

A partir da vivência com o grupo comunitário foi possível perceber a realidade educacional e estabelecer uma estratégia de ação em conjunto e coerente com as condições evidenciadas, em que os participantes contribuíam com seus saberes e conhecimentos específicos. Essa forma de intervenção social não beneficia apenas a comunidade com o conhecimento universitário, mas também a academia que se apropria do conhecimento “vulgar”, permitindo uma redefinição dos valores intrínsecos ao dito conhecimento científico (CERQUEIRA, 2003).

Nesse contexto, observou-se que o grupo comunitário envolvido no projeto tinha vontade de aprender e conhecer mais sobre os temas abordados. Ressalta-se, que alguns fatores motivaram esses alunos, como a afetividade e o ambiente de alegria instaurado na sala de aula. Deve-se lembrar que as ações extensionistas introduzidas pelo grupo PETIN na Vila Parque Ininga foram baseadas em uma metodologia compartilhada, com base na educação popular, buscando-se contribuir para o empoderamento dos atores.

Segundo Nascimento (2002), a expressão empoderamento pode ser entendida como um processo em que indivíduos, organizações e comunidades

adquirem poder de decidir sobre as questões que lhes dizem respeito; à medida que fortalecem laços de coesão, capacitam-se e habilitam-se para promover seu autodesenvolvimento.

Porém, na realidade extensionista, os petianos deparam-se com algumas dificuldades, mas que foram vencidas pela criatividade e no diálogo com o público-alvo. Fruto desse trabalho foi a construção de uma cartilha denominada “Direitos Humanos e Cidadania”, que de modo peculiar, traz um conjunto de informações e orientações previstas na Declaração Universal dos Direitos Humanos. A intenção foi promover o debate e construir uma abordagem sobre a temática com o intuito de contribuir para o exercício da cidadania.

Nos tópicos seguintes serão apresentadas as principais dificuldades do grupo juntamente com a solução alcançada para a superação dos empecilhos.

4.1 Dificuldades e desafios na leitura e na escrita

Logo de início, as fragilidades que os sujeitos populares mostraram na linguagem oral e escrita, no desenvolvimento cognitivo e nas relações sociais e familiares, apresentaram-se como situações de desvantagens para o desenvolvimento das atividades, pois não possibilitavam trabalhar os assuntos de forma integrada e inibiam a participação conjunta no processo de ensinar e aprender.

Cabe lembrar, que a Vila Parque Ininga é uma comunidade carente e socialmente marginalizada, com dificuldades decorrentes de trajetórias de vida marcadas pelas limitações educacionais, econômicas e sociais. Ficou evidenciada a necessidade de inserir uma forma de valorizar mais as habilidades e talentos desses indivíduos, para que possam manifestar todo o seu potencial, de modo a ultrapassar a inibição e fortalecer a inclusão.

A educação abrange uma vasta área que vai além de ler e escrever, pois ultrapassa as barreiras da informação, dá um significado a cada acontecimento, porque é por meio dela que se conhece e se tem a compreensão do mundo, da sociedade e de nós mesmos.

No caso da criança e do adolescente, os seus direitos legalmente instituídos foram assegurados com a edição da Lei nº 8069/90 (Estatuto da Criança e

do Adolescente-ECA) que trouxe muitos avanços em relação ao direito à educação, visando o pleno desenvolvimento dessa faixa etária, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho (artigo 53). De acordo com o artigo 54, cabe ao Estado o dever de assegurar à criança e ao adolescente o acesso ao ensino obrigatório e gratuito (BRASIL, 2005).

Em respeito à Lei nº 8069/90 e na tentativa de dar sentido prático a essa concepção legal do direito da criança e do adolescente, trabalhou-se no sentido de facilitar o desenvolvimento da criatividade do grupo, introduzindo-se práticas pedagógicas lúdicas, participativas e inclusivas, tais como a utilização de vídeos e da arte com desenhos. Esse procedimento despertou nos participantes a sensibilidade e chamou a atenção para um agir com consciência e responsabilidade, atitudes que foram incorporadas ao grupo, pois traria benefícios para si e para todos.

Vale colocar, que a adoção de práticas de reciclagem de materiais e aproveitamento integral dos alimentos, além das discussões sobre direitos humanos, representaram outras práticas efetivas, de grande relevância e interesse de todos. Essas atividades contribuíram para a manifestação da subjetividade dos indivíduos e constituíram-se numa ação que permitiu trabalhar alguns aspectos econômicos, culturais e educacionais nas relações do sujeito com o meio onde está inserido. Nesse palco estabeleceu-se a oportunidade de valorização das experiências e vivências de cada um individualmente e no grupo. Valeu-se de um olhar amplo e de preocupação com o outro, percebendo-se não apenas as características individuais, mas o papel do sujeito social numa relação com o outro e com os outros, numa dimensão afetiva repleta de emoções e sentimentos.

Segundo Piaget (1983), o desenvolvimento das estruturas do conhecimento acontece por meio das relações interativas entre as crianças e o ambiente. No processo educacional ativo os sujeitos devem comparar, organizar e apropriar-se daquilo que aprenderam. Deve-se estar sempre atento ao fato de que o método é um instrumento que se utiliza para a obtenção do sucesso naquilo que é preciso para o alcance dos seus objetivos. Educar não é apenas repassar informações ou simplesmente mostrar um único caminho que se considere como o mais adequado, mas é ajudar o outro a se descobrir e tomar consciência de si mesmo,

além de ampliar seu olhar para perceber o outro e o que está ao seu redor.

Como diz González (2003, p.263) “as emoções representam um momento essencial na definição dos sentidos subjetivos dos processos e relações do sujeito. Uma experiência ou ação só tem sentido quando é portadora de uma carga emocional”. Para o autor, a compreensão da subjetividade relaciona-se com os significados e sentidos produzidos pelo indivíduo e estabelecidos socialmente.

Nessas circunstâncias e reforçando os pensamentos de González (2003), os membros da coletividade e da universidade precisam sentir-se envolvidos e motivados por sentidos subjetivos, a ter uma aprendizagem significativa que proporcione uma reflexão e uma análise crítica, de modo a se sentirem capazes da transformação da realidade numa perspectiva de empoderamento sobre as questões de seus interesses.

4.2 Aprendizagem e afetividade

Diversos estudiosos mostram que crianças com problemas afetivos e sociais demonstram insegurança, baixa autoestima, timidez, medo, ansiedade, desinteresse, desatenção, desobediência e apresentam dificuldades de aprendizagem (MACHADO, MATURANO, LOUREIRO, LINHARES E BESSA, 1994). Outros estudos também complementam esse cenário como dificuldades na infraestrutura, na qualificação dos professores ao uso de práticas pedagógicas que não atendem as necessidades e os interesses dos estudantes (STEFANNINI e CRUZ, 2006) todos com interferência no processo de ensino-aprendizagem.

Para Piaget (1986), o desenvolvimento intelectual manifesta-se a partir de um componente cognitivo e um afetivo, o que inclui interesse, sentimentos, desejos, tendências, valores e emoções. O afeto se desenvolve no mesmo sentido que a cognição ou inteligência, tornando difícil encontrar um comportamento apenas da afetividade, sem nenhum elemento cognitivo e vice-versa.

Durante a experiência, ficou evidenciada a carência afetiva e as condições financeiras precárias que os membros da coletividade apresentavam, em cada

momento compartilhado. Diante dessa realidade, cabe destacar o trabalho dos petianos, que não se limitou apenas à construção e reconstrução de conhecimentos com seriedade e atenção, mas também favoreceu o desenvolvimento de trocas afetivas positivas capazes de promover a autonomia e o empoderamento desses atores sociais. Assim, aprender de forma motivada em um ambiente alegre, favorável à convivência e à empatia pode ser um caminho onde o prazer está presente, despertando emoções e construindo espaços de aprendizagem, que aumentam a confiança em si mesmo e melhoram a autoestima e o autocuidado.

De acordo com Vygotsky (1982), a produção do conhecimento acontece por intermédio da interação entre o sujeito e o meio ambiente. Para o autor, o sujeito é um ser ativo, social em essência, e sua ecologia cognitiva pode assumir diferentes características, dependendo das condições do indivíduo e das condições do meio.

O clássico pensamento de Piaget (1973) é que o homem “é o ser social de mais alto nível, é justamente aquele que consegue relacionar-se com seus semelhantes de forma equilibrada (...)”. Como esclarece o autor, isso significa afirmar que a cada estágio de desenvolvimento do sujeito, compreende-se uma maneira de ser social, daí a forma como uma criança, no período do pensamento pré-operacional, interage socialmente diferente de uma pessoa que atingiu o nível das operações formais, haja vista esta conseguir estabelecer com coerência e equilíbrio trocas intelectuais.

Quanto ao elemento afetivo na educação, merece destaque Makarenko (1980), que tinha ideias de trabalhar um ambiente favorável para que desenvolvesse o conhecimento. Para o autor, “a educação é um processo de reconstrução e reorganização da experiência, pelo qual lhe percebemos mais agudamente o sentido, e com isso nos habilitamos a melhor dirigir o curso de nossas experiências futuras.”

Vários autores apontam a importância do investimento no capital humano em si, recuperando o papel da afetividade nas relações e respeitando a diversidade cultural, a forma de ser e a subjetividade do indivíduo (CHAUÍ, 1985); (DEMO, 1994); (SAVIANI, 1991).

Por meio desse projeto e durante o convívio com os participantes, as experiências vivenciadas foram importantes, pois, aprendeu-se de forma participativa,

construindo vínculos e emoções comprometidos com uma troca mútua de conhecimentos, que avivam a confiança, o respeito, a empatia de forma autêntica, assegurando condições de expressar sentimentos de liberdade e criatividade.

4.3 Considerações finais

Cabe destacar, que a experiência do PETIN no trabalho entre graduandos de diferentes cursos, proporcionou uma atuação em equipe, a interdisciplinaridade e o vínculo entre pesquisa, ensino e extensão com membros da comunidade. O objetivo foi oferecer uma educação de qualidade para os estudantes, o que aconteceu quando eles tiveram a oportunidade de repassar seus conhecimentos para a comunidade, cujo diálogo deve ser cultivado permanentemente na academia. Percebe-se, assim, que a formação acadêmica se torna mais ampla e diferenciada em relação aos demais estudantes.

Optar pelo trabalho interdisciplinar trouxe para as equipes crescimento pessoal e profissional significativo, respeito e reconhecimento da importância de outras áreas na realização do mesmo trabalho e um aprendizado rico na troca de saberes e experiências entre alunos, professores e membros da comunidade. Afinal, a construção do conhecimento não deve ser realizada de forma excludente e hierárquica.

Nessa perspectiva, o PETIN tem se constituído como um espaço acadêmico, político e social acreditando-se que as ações extensionistas possam incentivar as comunidades a se organizarem coletivamente para o enfrentamento de suas vulnerabilidades.

A atuação do PETIN na área da extensão, configura-se um grande avanço para a integração da Universidade com a realidade social e também processo de superação de um modelo de curso historicamente marcado somente pelo Ensino propriamente dito.

Como sugerido anteriormente, a proposta de uma práxis extensionista problematiza todas as estruturas acadêmicas, por estar intimamente ligada a elas. Nesse sentido, um dos objetivos do PET Interação é o protagonismo e emancipação dos sujeitos, a partir da metodologia da educação popular proposta por Paulo Freire – que articula uma atuação pedagógica

com uma prática social libertadora, pautada em fluxo horizontal e cambiante de conhecimentos acadêmicos e populares.

Acredita-se, que a experiência vivenciada por essa aproximação de estudantes da universidade e comunidade, poderá trazer aos participantes a possibilidade de desenvolver um aprendizado político e social de suas relações pessoais, institucionais e comunitárias. Para a universidade, esse tipo de experiência promove a integração entre ensino, pesquisa e extensão, equação indispensável na formação de cidadãos mais responsáveis, comprometidos com a realidade em diversos âmbitos políticos, sociais, transformando o indivíduo em sujeitos mais humanos e éticos.

O Projeto trouxe para a comunidade a oportunidade da convivência e do envolvimento com os estudantes da universidade, o que instigou a formulação de novas interrogações sobre a dinâmica dessas relações.

Na medida em que esta proposta se constitui experiência inovadora e valiosa para o crescimento e fortalecimento da autonomia dos seus integrantes, fica o compromisso e a responsabilidade da continuidade do processo educativo, trabalhando as informações acerca dos direitos humanos registradas na cartilha.

A cartilha será utilizada como instrumento referência de promoção da cidadania, trazendo como marco estruturante das discussões os temas: direito a educação, direito a saúde, direito a liberdade, direito a cultura e ao lazer, direito a alimentação e o direito a igualdade, complementada com as informações presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Referências

- BRASIL. **Direitos Humanos e Educação**. Ano XVIII boletim 02 – Março e Abril, Ministério da Educação, 2008.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Presidência da República, Brasília, 1988.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, Assessoria de Comunicação Social. - Brasília; MEC, ACS, 2005. p.20
- CANDAU, Vera. et.al. **Tecendo a Cidadania**: oficinas pedagógicas de direitos humanos. Petrópolis: Vozes, 1996.
- CERQUEIRA, D.T. **Em busca de uma definição de extensão universitária no Brasil**: conceito, limites e características. Extensão em Rede. Revista de Extensão do Sistema ACADE, 2003.
- CHAUÍ, M. **Cultura e Democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DEMO, P. **Política Social, Educação e Cidadania**. Campinas: Papirus, 1994.
- FORPROEXT. Plano Nacional de Extensão Universitária. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão de Universidades Públicas Brasileiras e SeSu/ MEC, 2001.
- González R.F.L. **Sujeito e subjetividade**: uma aproximação histórico-cultural. São Paulo: Pioneira Thompson; 2003
- MAKARENKO, A. **Poema Pedagógico**. Lisboa: Livros Horizonte, 1980.
- MENDONÇA, S. G. L., SILVA, P.S. **Extensão Universitária**: Uma nova relação com a administração pública. Extensão Universitária: ação comunitária em universidades brasileiras. São Paulo, v. 3, p. 29-44, 2002.
- MOEHLECKE, S. **Proposta pedagógica direitos humanos e educação**. Salto para o Futuro - Direitos Humanos e Educação, Ano XVIII, boletim 02, Ministério da Educação, Março e Abril, 2008.
- MACHADO, V.L.S; MATURANO, E.M; LOUREIRO, R.S; LINHARES. M.B.M; BESSA, L.C.D. **Crianças com dificuldades na aprendizagem escolar**: características de comportamento conforme avaliação de pais e professores. Arquivos Brasileiros de Psicologia, v.3/4, n.26,1994p.119-138;
- NASCIMENTO, H. M. **Capital Social e Desenvolvimento Sustentável no Sertão Baiano**: A Experiência de Organização dos Pequenos Agricultores do Município de Valente. Campinas: Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP:2000.
- PIAJET J. **O nascimento da inteligência na criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- PIAJET, J. **A equilibração das estruturas cognitivas**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1983.
- SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico Crítica**. São Paulo: Cortez, 1991.
- STEFANINI, M.C.B; CRUZ, S.A.B. **Dificuldades de aprendizagem e suas causas**: o olhar do professor de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental. Educação, ano/vol. XXIX, n.58, PUC: Rio Grande do Sul, p.85-105, 2006.
- TAVARES, Celma. **Barbarie en la Democracia**. Salamanca: Ediciones Universidade Salamanca, 2006.
- VYGOTSKY, L.S. **Obras Escogidas**: problemas de psicologia geral. Gráficas Rogar. Fuenlabrada. Madrid, 387 p. 1982.

Recebido em: 19/02/2013

Aprovado em: 12/11/2013